

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 5 • 1995



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1995

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 5 • 1995 **ISSN: 0872-6086**

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
PREFÁCIO – Isaltino Morais
CAPA – João Luís Cardoso
FOTOGRAFIA – Autores assinalados
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Luís Macedo e Sousa
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras
2780 OEIRAS

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Sogapal, Lda.
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
5, Oeiras, Câmara Municipal, 1995, pp. 87-96

PARA O CONHECIMENTO DA AGRICULTURA NO CONCELHO DE OEIRAS: DO NEOLÍTICO AO PERÍODO ROMANO⁽¹⁾

João Luís Cardoso⁽²⁾

1 – INTRODUÇÃO

O concelho de Oeiras conserva o registo – embora muito truncado e incompleto – da lenta evolução do homem, tanto técnica como social e económica, denunciada por artefactos, formas de habitar e estruturas correlativas, ao longo de diversas épocas da pré-história, proto-história e Período Romano. Trata-se de vestígios materiais, que podem contribuir, desde que adequadamente interpretados, recuperando toda a informação neles potencialmente contida, para o conhecimento das respectivas comunidades, que ocuparam este território, no decurso dos milénios pretéritos. Esta comunicação pretende caracterizar uma das actividades preponderantes a que aquelas se entregaram, desde os tempos neolíticos e que mais fortemente marcaram o seu quotidiano, bem como a paisagem da região: a agricultura.

⁽¹⁾ *Comunicação apresentada ao 2.º Encontro de História Local do Concelho de Oeiras (Oeiras, Outubro de 1993), revista em Novembro de 1995.*

⁽²⁾ *Professor da Universidade Nova de Lisboa e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras. Sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Associação Profissional de Arqueólogos.*

2 – GÉNESE E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA ÁREA DO CONCELHO DE OEIRAS: O NEOLÍTICO E O CALCOLÍTICO

Os vestígios mais recuados de actividades agrícolas actualmente conhecidos na área do concelho de Oeiras remontam, apenas, ao final do Neolítico; com efeito, desconhecem-se presenças humanas do Neolítico antigo e médio, as quais corresponderiam, por certo, a pequenos núcleos, dispersos pelas encostas e na proximidade de linhas de água, como o rio Jamor, a ribeira de Barcarena ou a da Lage, a extrapolar-mos para esta aquilo que se conhece em outras áreas da Estremadura.

No final do Neolítico, que podemos situar entre cerca de 3500 anos a.C. e 2800/2900 anos a.C. de acordo com datações calibradas de carbono 14 obtidas no importante povoado pré-histórico de Leceia, o clima seria um pouco diferente do actual.

O *optimum climaticum* post-glaciário – correspondente ao período Atlântico – com *terminus* cerca de 2800 anos a.C. seria caracterizado por condições temperadas, mais húmidas que as actuais, e também mais quentes, cerca de 2 a 3 °C. Tratava-se, assim, de clima propício ao desenvolvimento de manchas florestais de certa importância, abundantes de recursos (madeira, lenha, veados, ursos, javalis), entremeando espaços abertos, favoráveis ao desenvolvimento de pastagens, com auroques e cavalos selvagens, cujos restos ósseos, bem como os dos animais citados, fazem parte dos inventários arqueológicos de Leceia (CARDOSO, 1989, 1994).

Foi este o ambiente natural que as primeiras comunidades neolíticas até ao presente documentadas na região conheceram, fixadas em esporões rochosos, debruçados sobre férteis vales, como a ribeira de Barcarena (povoado de Leceia) ou o rio Jamor (povoado de Carnaxide).

A escolha destes locais, defendidos por escarpas calcárias, revela as necessidades de protecção sentidas, na época, por estas populações. Tais alterações do povoamento, renunciando as primeiras situações de conflito, exprimem a evolução económico-social resultante, em última análise, da melhoria das tecnologias agrícolas. Tais melhoramentos nos meios de produção, subjacentes, à designada “Revolução dos Produtos Secundários”, consubstanciaram-se, entre outras novidades, pelo aproveitamento da força motriz dos bovídeos na lavoura das terras, possibilitando a introdução do arado, que terá conduzido, a breve trecho, a sensíveis aumentos de produção agrícola e, conseqüentemente, à acumulação de excedentes que careciam de resguardo e protecção. De facto, em Leceia estão bem documentados os restos de bovinos domésticos que, no Neolítico final, são uma das espécies mais frequentes. Por outro lado, a agricultura é uma realidade evidente, pela abundância de moinhos manuais e de lâminas de sílex, utilizadas como elementos de foice. O aumento das quantidades alimentares disponíveis explica, assim, a explosão demográfica que

então se terá verificado e, deste modo, o surgimento de diferenciações intra e inter-comunitárias, decorrentes da competição social então desencadeada.

Assim sendo, a construção dos grandes povoados fortificados, logo no início do Calcolítico – de que Leceia é um dos expoentes – seria a resposta a um ambiente cada vez mais competitivo, devido ao aumento da população, que determinou o próprio crescimento dos povoados, como até então jamais se observara.

Os grandes povoados fortificados calcolíticos, surgem, assim, como a sede de comunidades cada vez mais complexas, e crescentemente diferenciadas. Com efeito, em Leceia é nítida a organização pré-concebida do espaço que viria a ser construído, denotando características proto-urbanas, incluindo a própria higiene e salubridade, competindo a uma certa “elite” a coordenação do trabalho de todos. É, pois, o culminar de um processo com início no Neolítico final e originado pelo aumento de produção proporcionado pelas novas tecnologias agrícolas então introduzidas.

O aumento populacional e a concentração das comunidades em torno de lugares defendidos, concorrentes entre si, trouxe como consequência a redução da área de captação de recursos de cada um deles. Os territórios correspondentes a cada uma das comunidades sofreram, então, o início da sua exploração metódica e sistemática observando-se, assim, os primeiros casos de modificações ambientais em larga escala de origem cultural. As primeiras áreas florestais são sacrificadas, com o objectivo de obtenção de campos agrícolas e de pastagens, o que é sugerido, em Leceia e noutros povoados pré-históricos da região, pela abundância de artefactos de pedra polida para o abate e ulterior trabalho da madeira (machados, enxós). Também os resultados da análise polínica efectuada em sedimentos de Leceia, por João Pais (Universidade Nova de Lisboa), sugerem que os campos envolventes, no Calcolítico inicial, e ao longo do III milénio a.C., seriam escassamente povoados de espécies arbóreas, em consequência, provavelmente, de desflorestação então efectuada, correspondendo a vastas zonas abertas. Neste contexto de férteis terrenos, como são os que ocupam a área adjacente daquele povoado pré-histórico, especialmente na encosta fronteira, e para poente, em direcção a Leião, ocupados por solos basálticos, de classe A, desenvolver-se-ia uma florescente agricultura cerealífera, de sequeiro, bem documentada em Leceia por artefactos e estruturas arqueológicas. Entre os primeiros, são as lâminas ovóides, de retoque cobridor bifacial, conhecidas desde o Neolítico final, que merecem destaque. O brilho que ostentam, frequentemente, ao longo de um dos seus bordos laterais, evidencia o modo de utilização destas peças, dispostas em série ao longo de um suporte de madeira, cuja parte útil – o gume ou lâmina – corresponde ao bordo patinado. Tal brilho seria conferido, essencialmente, pelo corte das hastes das gramíneas, muito duras e abrasivas, por conterem compostos silicatados. A sua abundância, em Leceia, tanto no Calcolítico inicial, como no Calcolítico pleno, a par de mós manuais, para a moagem dos cereais, comprova bem a importância da

agricultura na economia da comunidade ali fixada, ao longo de todo o III milénio a.C. Tal importância encontra-se ainda documentada, neste povoado, por três estruturas até agora sem paralelo em Portugal. Trata-se de empedrados de planta circular, constituídos por lages ajustadas, formando superfícies regulares. As duas estruturas escavadas em 1986 sugeriram a utilização como eiras, visto não evidenciarem arranque de paredes laterais, de alvenaria, ou buracos para a fixação de postes que suportassem as paredes laterais, no caso de estas serem constituídas de elementos vegetais (CARDOSO, 1989, Fig. 74). A escavação da terceira destas estruturas, em 1990, veio confirmar aquela hipótese (CARDOSO, 1994 a, Fig. 62). Com efeito, sobre o empedrado que a constituía, foi espalhada uma camada de gravilha calcária, com a finalidade de regularizar a superfície, especialmente nas zonas de junção entre lages, assegurando, ao mesmo tempo a drenagem pluvial. Uma última camada de argila batida, esbranquiçada e muito dura, assente sobre a anterior, constituía a superfície útil de trabalho, à semelhança do verificado em eiras actuais. Duas destas estruturas denotam acrescentos, em fase ulterior à sua construção, destinados a aumentar a área de trabalho, obtidos no entanto, de maneiras distintas: num caso, adossaram-se algumas lages à estrutura pré-existente, prolongando-a lateralmente; no outro constituiu-se uma coroa circular, a toda a volta da estrutura primitiva. Para além destas estruturas, directamente relacionadas com a prática de culturas cerealíferas de sequeiro, admitimos que o interior de alguns bastiões, fazendo parte integrante do dispositivo defensivo, poderiam ser utilizados como armazéns, rentabilizando, deste modo, a utilização do espaço por eles ocupado, para além do provável aproveitamento secundário como habitações, como se documenta pela presença de lareiras.

Ao longo dos vales, colmatados por aluviões, era provável a existência de um horticultura primitiva, recorrendo, eventualmente, à rega. Está neste caso o sector do vale da ribeira de Barcarena na área adjacente a Leceia, ainda hoje cultivado de hortas e pomares que lhe conferem um aspecto alegre e variado. É, ainda, o registo arqueológico que sustenta tal possibilidade, através da recolha em Leceia de numerosos sachos de pedra polida.

Noutros povoados do Calcolítico da Estremadura, como Vila Nova de São Pedro, além de numerosos grãos de espécies cerealíferas (trigo, cevada), recolheram-se, em silos escavados na rocha, restos incarbonizados de bolota e de fava (PAÇO, 1954). A sua conservação só teria sido possível se se tivesse efectuado, previamente, a respectiva secagem, ao sol. Assim sendo, as estruturas circulares atrás referidas, além da sua utilização no processamento dos cereais, poderiam também ser aproveitadas como superfícies de secagem de produtos hortícolas ou silvícolas (incluindo, neste último caso, a bolota).

A intensa actividade agrícola documentada em Leceia, no decurso do Calcolítico, denota a exploração meticulosa e exaustiva dos recursos disponíveis no território

envolvente, controlado de perto pela população deste arqueossítio; o papel estruturante no povoamento desempenhado por Leceia – sem dúvida um dos aglomerados mais importantes num raio de várias dezenas de km em redor, com uma área construída de cerca de 1 ha, apenas comparável, na Baixa Estremadura ao Zambujal (com cerca de 0,7 ha) e Vila Nova de São Pedro (com área idêntica, de cerca de 1 ha) – era articulado com outros povoados, mais pequenos, não fortificados, aos quais está subjacente um modelo cujas relações específicas entre si estão longe de adequadamente conhecidas.

A concentração de riqueza nestes núcleos fortificados, proporcionada pela actividade agrícola, permitiu o estabelecimento de um importante sistema de trocas, especialmente com o Alentejo, conducente ao aprovisionamento de matérias-primas “estratégicas” indispensáveis às actividades quotidianas, denotando circuitos estáveis e permanentes. Neste contexto, assume papel de relevo a importação em larga escala de rochas duras, anfibolíticas, inexistentes na Estremadura, em que são confeccionados a larga maioria dos objectos de pedra polida (cerca de 2/3 do total, segundo CARDOSO & CARVALHOSA, 1995): machados, enxós, sachos, escopros, etc. O suporte económico assegurado pelos excedentes agrícolas explicam, ainda, a ocorrência em Leceia de matérias-primas sumptuárias, como rochas verdes e marfim, utilizadas em objectos de adorno e de prestígio. Documenta-se, pois, uma comunidade excedentária, aberta francamente ao exterior, privilegiando trocas de produtos, que permitiram e viabilizaram contactos culturais, de base económica, com outros grupos humanos, os quais estiveram na origem da difusão de novas tecnologias – de que a metalurgia do cobre é exemplo paradigmático, como sugerem recentes investigações que a dão como mais antiga nos povoados do sul de Portugal (SOARES, 1993). Tais contactos expressaram-se, outrossim, ao nível, mais abstracto, da superestrutura mágico-religiosa e, portanto, ideológica desta sociedade: a omnipresente divindade feminina – a Deusa Mãe – comum a todas as culturas calcolíticas da bacia mediterrânea, ilustra justamente a intensidade da difusão de conceitos então verificada na referida região.

O agravamento do clima de tensão generalizada a que se assistiu, no decurso do III milénio, na região estremenha – a que alguém chamou de “guerra total” – encontra-se bem documentado em Leceia pelos constantes reforços do dispositivo defensivo (CARDOSO, 1989, 1994). Era evidente o sobressalto permanente em que tais comunidades viviam. Tal situação conduziu ao colapso da estrutura social respectiva, contribuindo para tal, o esgotamento da produção agrícola, devido à sobre-exploração dos terrenos, cada vez mais circunscritos à zona adjacente dos espaços habitados, em consequência da concorrência inter-grupos mencionada.

A nova ordem social que então se impôs, ainda muito insuficientemente conhecida, corporiza a transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, na qual se poderão inscrever as derradeiras cerâmicas campaniformes, pertencentes ao “Grupo Inciso”.

É deste modo que se explica, no final do Calcolítico pleno, imediatamente antes da eclosão das cerâmicas campaniformes, a decadência das estruturas defensivas de Leceia, tornando-se o local, progressivamente, em um povoado aberto.

Duas hipóteses se colocam, ao tentar-se explicar o declínio e abandono de grande parte dos povoados da altura, fortificados ou não, nos derradeiros momentos calcolíticos da Estremadura:

1 – A falência da estrutura social, a que conduziu a multiplicação de pequenas comunidades mutuamente independentes e inter-concorrentes, foi acompanhada pelo retorno a povoados abertos, corporizando a desarticulação da sociedade, que antes se caracterizava pela crescente hierarquização e diferenciação sociais; retornava-se, pois, a formas de povoamento vigentes no Neolítico antigo e médio, épocas em que ainda não se evidenciam situações de conflito inter-comunidades, na região da Estremadura; em aparente reforço de tal hipótese, verifica-se que muitos dos locais abandonados desde o Neolítico final, só nestes derradeiros momentos do Calcolítico voltam a ser ocupados.

2 – A desarticulação da estrutura social calcolítica a partir da 2.^a metade do III milénio a.C. seria mais aparente que real. Se, efectivamente, a pulverização de pequenos povoados fortificados, ocupados por comunidades guerreando-se entre si, tinha levado à ruptura do sistema produtivo agro-pastoril, a solução encontrada – em total oposição à hipótese anterior – consistiu no reforço da hierarquização do povoamento, concentrando-se a população em torno de determinados núcleos fortificados mais importantes à escala regional – de que o Zambujal é testemunho, pelos materiais ali exumados, já da Idade do Bronze. Esta última hipótese não explica, contudo, a razão do abandono da fortificação de Leceia – que no decurso do Calcolítico inicial era tão ou mais importante do que qualquer outra – no final do Calcolítico pleno. O certo é que as populações campaniformes, que continuaram a frequentar a plataforma, construíram as suas habitações sobre os derrubes da fortificação calcolítica, e no exterior desta, prova evidente que já não careciam da protecção por ela oferecida. Idêntica observação é válida para Vila Nova de São Pedro, onde os materiais campaniformes ocorrem apenas nos níveis de derrube; ao contrário, no Zambujal prosseguiu a edificação, na época campaniforme, de estruturas defensivas... Talvez a conclusão de momento a tirar seja, tão-somente, a de que cada grande povoado calcolítico teve a sua génese desenvolvimento e ocaso próprios, não se podendo generalizar a realidade observada além do correspondente território sob jurisdição de cada um deles. Atitude prudente, até pela escassez de elementos credíveis actualmente disponíveis, resultantes de escavações recentes.

3 – A AFIRMAÇÃO DA VOCAÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO: OS TESTEMUNHOS DA IDADE DO BRONZE E DA IDADE DO FERRO

A investigação sobre o povoamento na Idade do Bronze da região da Grande Lisboa só muito recentemente conheceu avanços significativos. Um estudo recente faz a síntese possível dos conhecimentos (CARDOSO, 1994b).

Na região oeirense, dominada por solos basálticos, muito férteis, e com água em abundância, a produtividade era favorecida pelo relevo, correspondendo a extensos campos pouco ondulados. A excelente exposição solar e a proximidade oceânica – funcionando esta como moderador climático – contribuíram também para a elevada rentabilidade cerealífera de tais terrenos.

Assim se explica que, no decurso do Bronze Final, esta região tenha assistido à multiplicação de pequenas estruturas agrícolas, de raiz familiar, através das quais se assegurava a ocupação e aproveitamento, extensivo e intensivo, do solo. No concelho de Oeiras, identificaram-se várias destas unidades, expressivamente designadas por casais agrícolas (MARQUES & ANDRADE, 1974), no decurso da cartografia arqueológica respectiva (CARDOSO & CARDOSO, 1993). A tipologia dos materiais exumados indica fase precoce do Bronze Final, anterior à ocorrência de um dos tipos cerâmicos mais característicos – a cerâmica com ornatos brunidos – de que não se recolheu qualquer exemplar nas estações da Idade do Bronze identificadas. Trata-se, pois, do mesmo momento cultural representado na estação da Tapada da Ajuda (Lisboa), até agora a melhor estudada neste contexto (CARDOSO *et al.*, 1980/81; CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1987; CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARDOSO, 1994d; CARDOSO, 1995).

As datações de radiocarbono ali obtidas situam aquela ocupação no século XIII a.C., ou finais do anterior, sendo, por critérios cronométricos, também integrável no início do Bronze Final.

Nestas encostas, de declive suave, sem condições naturais de defesa, a vida decorreria de forma pacífica, estável e sedentária ao longo do ano. Além da criação de gado, com predominância do bovino, seguida pelos ovi-caprinos (como se verificou na Tapada da Ajuda), avultava a actividade cerealífera, bem demonstrada pelos elementos denticulados de sílex, pertencentes a foices de madeira. Recolheram-se numerosos destes artefactos em diversas estações desta época no Concelho de Oeiras. Tal como os seus antecessores calcolíticos, são evidentes os vestígios deixados pelo corte das hastes das gramíneas: desgaste e brilho, mais ou menos intensos, consoante a duração de utilização. O recurso ao talhe da pedra, expressivamente documentado por estes artefactos, em época tão avançada, justificava-se pela eficiência conseguida com tais foices, que substituiriam, até fase tardia do Bronze final, os seus congéneres metálicos, de bronze, muito mais dispendiosos. Proveniente da Rocanes,

perto do Cacém (Sintra), é de há muito conhecido um molde de arenito para o fabrico de exemplares metálicos (FONTES, 1916), pertencente a fase mais tardia do Bronze Final, o qual ilustra, exemplarmente, o fabrico local de artefactos de bronze, recorrendo a matérias-primas (cobre e estanho) obtidas por troca (através do comércio trans-regional).

O modelo de povoamento disperso e estável evidenciado no decurso do Bronze Final na região a Norte do Tejo, foi determinado pela optimização da exploração agrícola dos férteis terrenos ali existentes. Tais características denotam uma sociedade organizada e já hierarquizada socialmente, cuja classe dirigente se sediaria em um centro mais importante – ainda não localizado – de onde administraria um determinado território, dela tributário. Tal território, de fronteiras bem estabelecidas, asseguraria o abastecimento em produtos alimentares (cereais, carne, leite, legumes) das elites ali instaladas. Trata-se, afinal, de modelo idêntico ao defendido, na mesma época, para o sul de Portugal (PARREIRA, 1983; GOMES, 1993).

No decurso da I Idade do Ferro, tal situação económico-social não se terá alterado substancialmente. Duas estruturas de carácter agrícola, idênticas às do Bronze final, foram escavadas sob direcção do signatário perto de Outurela (CARDOSO, 1987, 1990, 1994c); afastadas de menos de 1 km, denotam o mesmo tipo de povoamento vigente anteriormente na região. Os materiais cerâmicos e outros – de onde avulta uma fíbula anular hispânica – indicam o século VI a.C. ou inícios do seguinte. Tem paralelo em arqueossítio de características idênticas, situado já no vizinho concelho da Amadora (PINTO & PARREIRA, 1978). Tal situação sugere que as inovações tecnológicas trazidas pelos Fenícios, dois séculos antes – a escrita, o ferro, e a roda de oleiro, possibilitando o fabrico de recipientes em série e sob formas perfeitamente padronizadas – terão sido absorvidas pelas populações descendentes das que, pelo menos, desde o Bronze Final, habitavam esta região, não conduzindo a quaisquer alterações ao nível da economia ou da organização da sociedade; os férteis terrenos oeirenses continuaram a ser intensa e extensamente agricultados, com base em uma estrutura social de raiz familiar, sediada em pequenos aglomerados dispersos.

4 – PERÍODO ROMANO – A CONFIRMAÇÃO DA VOCAÇÃO AGRÍCOLA

A economia do Período Romano, na área do concelho de Oeiras, é marcada pela existência de diversas *villae rusticae*, voltadas para o cultivo cerealífero da terra, tal como se verificou no Bronze Final e na Idade do Ferro. Contudo, as condições sociais alteraram-se. Avultam, agora, as propriedades agrícolas de certa dimensão, vocacionadas para a policultura que incluiria, também, o cultivo de pomares e a vinha. Uma ânfora aff. Dressel 30, vinária, do século II-III d.C. foi recolhida perto de Leão, ilustrando a continuidade de tal produção, na região (CARDOSO & CARDOSO, 1993,

Fig. 8, n.º 12). Porém, parece que os férteis terrenos basálticos foram subaproveitados, se atendermos à maior presença de vestígios nos solos calcário-margosos do Cretácico, especialmente da área de Laveiras e entre Porto Salvo, Leão e Oeiras. É, ainda, notória a importância agrícola das veigas, como transparece da concentração de vestígios ao longo da ribeira da Lage (CARDOSO & CARDOSO, 1993) e da ribeira de Barcarena, especialmente no seu troço terminal, perto de Laveiras. A maioria dos materiais são tardios. Estará tal facto em correspondência com o abandono dos grandes centros urbanos, por parte dos que tinham maiores posses, a partir do século III d.C., e a sua fixação no campo?

Na região oeirense, consolidava-se, assim, uma das suas principais características – prevalecente até à actualidade – a forte componente agrícola de uma população sediada em pequenos *vici* e *villae*, onde residirão os fundamentos das modernas povoações do concelho.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J.L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *In Arqueologia do Vale do Tejo*, p. 69-81. IPPC/Departamento de Arqueologia. Lisboa.
- CARDOSO, J.L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J.L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*, 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J.L. (1994a) – *Leceia 1983-1993. Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras (número especial), 175 p. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J.L. (1994b) – Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993. *Al-Madan*, S. II, 3, p. 59-74.
- CARDOSO, J.L. (1994c) – Comentário ao sítio arqueológico de Outurela (Oeiras). *Catálogo da exposição "Lisboa subterrânea"*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 206.
- CARDOSO, J.L. (1994d) – Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. *Catálogo da exposição "Lisboa Subterrânea"*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 193.
- CARDOSO, J.L. (1995) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. Catálogo da exposição "A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder". Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 48.

- CARDOSO, J.L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4, p. 1-126. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J.L. & CARREIRA, J.R. (1993) – Le Bronze final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Actas do I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica* (Lisboa, 1991). *Mediterrâneo*, 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J.L. & CARVALHOSA, A.B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J.L.; ROQUE, J.; PEIXOTO, F. & FREITAS, F. (1980/81) – Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 117-138.
- CARDOSO, J.L.; RODRIGUES, J.S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J.R. (1986) – A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Revista Municipal* (Lisboa), 2.ª Série, 15, p. 13-18.
- FONTES, J. (1916) – Sur un moule pour faucilles de bronze du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*, 21, p. 337-342.
- GOMES, M. Varela (1993) – Proto-história do Sul de Portugal. *In Proto-história de Portugal*, p. 99-185. Universidade Aberta, n.º 48. Lisboa.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da Proto-história do território português. 1 - Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, p. 125-148.
- PAÇO, A. do (1954) – Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Anais da Academia Portuguesa de História*, S. II, 5, p. 281-359.
- PARREIRA, R. (1983) – O cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 1, p. 149-168.
- PINTO, C.V. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977), 1, p. 145-163.